

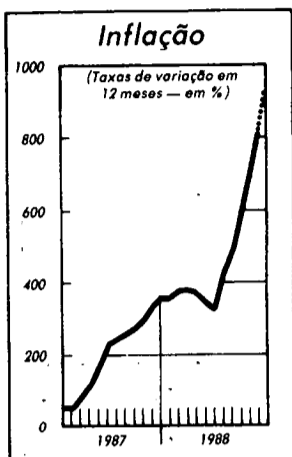
“Não vamos aumentar os impostos”

por Cláudia Safatle
de Brasília

“Nós pretendemos usar muito das idéias do professor Octavio Gouvêa de Bulhões para a política monetária e fiscal de 1989. A decisão política do presidente Sarney é de que o governo não vai emitir títulos da dívida pública no ano que vem para financiar gastos. Vamos ver se é possível viabilizar essa decisão política no campo operacional. O presidente da República está determinado, como nunca ele esteve desde que estamos no governo.”

Essas declarações, feitas pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a este jornal dão a dimensão da disposição do governo em fazer de 1989 o ano da “arrumação da casa”, para entregar ao próximo presidente, eleito em 15 de novembro, um Estado saneado e mais moderno.

“A reforma administrativa que o presidente Sarney quer promover vai marcar época”, adiantou Mailson: “O Poder Execu-



tivo, principalmente a área econômica, está com as estruturas montadas para um Estado autoritário. A nova realidade constitucional amplia os poderes do Congresso Nacional, ao mesmo tempo que manietta parte dos poderes do Executivo. Nem o governo nem o Legislativo estão preparados para exercer suas novas funções e a reforma administrativa deve preparar o Poder Executivo para essa nova era.”

A equipe econômica — Secretaria do Planejamento e Ministério da Fazenda — está preparando em conjunto a nova política fiscal e monetária, combinada com a desindexação da economia a partir de fevereiro próximo. Para viabilizar a meta de déficit operacional zero em 1989, de que Mailson não abre mão, o governo vai tentar promover uma nova rodada de cortes nos gastos do setor público.

Para determinar a profundidade desses cortes, falta uma avaliação completa do novo Orçamento Geral da União para o ano que vem, aprovado pelo

Congresso. Esse orçamento não ajuda muito na tentativa de zerar também o déficit de caixa do Tesouro Nacional, evitando, assim, emissões de títulos, a não ser para a rolagem da dívida interna. A emissão de papel-moeda, garantiu ele, atenderá apenas às necessidades de liquidez da economia.

“Nós vamos ter que trabalhar com estreita colaboração do Congresso Nacional para buscar o déficit zero na execução financeira, num trabalho corpo a corpo. Mas uma coisa é certa: não vamos aumentar mais os impostos”, garantiu Mailson.

O orçamento aprovado pelo Congresso prevê uma colocação de títulos em 1989 de CZ\$ 2,5 trilhões, a preços de junho passado, cifra que pode chegar à casa dos CZ\$ 20 bilhões se corrigida monetariamente para preços médios em 1989. “Nós temos de reduzir isso”, advoga o ministro da Fazenda.

Para Mailson, “o ponto fundamental é que não dá mais para dar um tratamento gradualista de combate à inflação. A sociedade brasileira está cansada. Os empresários estão muito pessimistas e muitos es-

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

“Não vamos aumentar os...”

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

trabalhando com uma taxa de inflação de 3.000% para o ano que vem. O País não aguenta isso.”

O ministro da Fazenda faz, também, uma importante autocritica. “O que talvez não tenha sido uma avaliação correta é que deveríamos passar todo o ano de 1988 preparando medidas para fazer a desindexação em 1989 e supor que a inflação se manteria estável por todo esse período. Não imaginávamos que a inflação fosse para 28%, 30%.

Falo isso hoje sem nenhuma vergonha. Avaliei mal a capacidade da sociedade de esperar tanto.”

O programa de desindexação da economia ainda não está concluído. Ele será levado à reunião do pacto social dia 11 de janeiro próximo, mas ainda subsistem algumas divergências dentro da área econômica, quanto à amplitude da desindexação. O ministro da Fazenda defende que a inflação prefixada para feve-

reiro — que ele não confirma se será de um dígito ou mais — sirva para reajustar preços e salários. A partir do momento que a inflação efetivamente realizada começar a cair — “e vai cair mais rapidamente” —, os demais setores que têm seus ativos indexados à correção monetária ou cambial serão naturalmente afetados.

Há mais de dois meses que Seplan e Fazenda estão trabalhando nesse programa e ainda não chegaram a um ponto comum, pois o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, teme que a economia acabe se dolarizando-se a taxa de câmbio não for abarcada pela prefixação.

Mailson não fala em divergências, mas argumenta que o esquema de reposição dos resíduos — a diferença entre a taxa prefixada e a inflação apurada pelo IBGE — seria impraticável para os papéis ao portador, negociados diversas vezes ao dia no mercado financeiro, regidos pela correção monetária. Prefixar o câmbio seria outra providência perigosa, na medida

em que induziria os exportadores a retardarem o fechamento de câmbio, postergando suas vendas para depois da reposição do resíduo. São problemas que estão sendo objetos de discussão.

Como todas as mudanças que o governo pretende imprimir à política econômica a partir do ano que vem terão de passar pelo crivo do Congresso Nacional, o ministro da Fazenda prevê uma nova fase de relacionamento com o Legislativo. “Dias atrás, um ex-ministro me criticou muito porque levantei algumas teses, dizendo que ministro da Fazenda não fala, mas faz.”

A críticas desse tipo, Nóbrega responde: “Ele está errado. O ministro da Fazenda fazia sem dar satisfações a ninguém nos tempos autoritários. Hoje ele tem que defender suas idéias, convencer as pessoas e posso dizer que o trabalho bem feito entre o Legislativo e o Executivo pode produzir resultados surpreendentes”, aposta o ministro, citando como exemplo o episódio do acor-

do de renegociação da dívida externa com o Clube de Paris.

Um grupo de parlamentares tentou rejeitar o projeto e isso implicaria em rejeitar todo o acordo, também com os bancos privados credores e com o Fundo Monetário Internacional. “Nós fizemos um trabalho de esclarecimento e de convencimento e o projeto foi aprovado por 33 votos a favor e apenas 7 contra. Inclusive o senador Fernando Henrique Cardoso, que tem sido um crítico da negociação externa, votou a favor por estar ciente da importância de aprovar o acordo com o Clube de Paris.”

A reforma administrativa terá de passar pelo Congresso, será ampla, e Nóbrega confirmou que em seu bojo discute-se a idéia de acabar com o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (Iapas) — na fusão dos ministérios da Saúde e Previdência, passando a execução financeira para a alçada do Tesouro Nacional e a ação fiscalizadora para a Secretaria da Receita Federal.